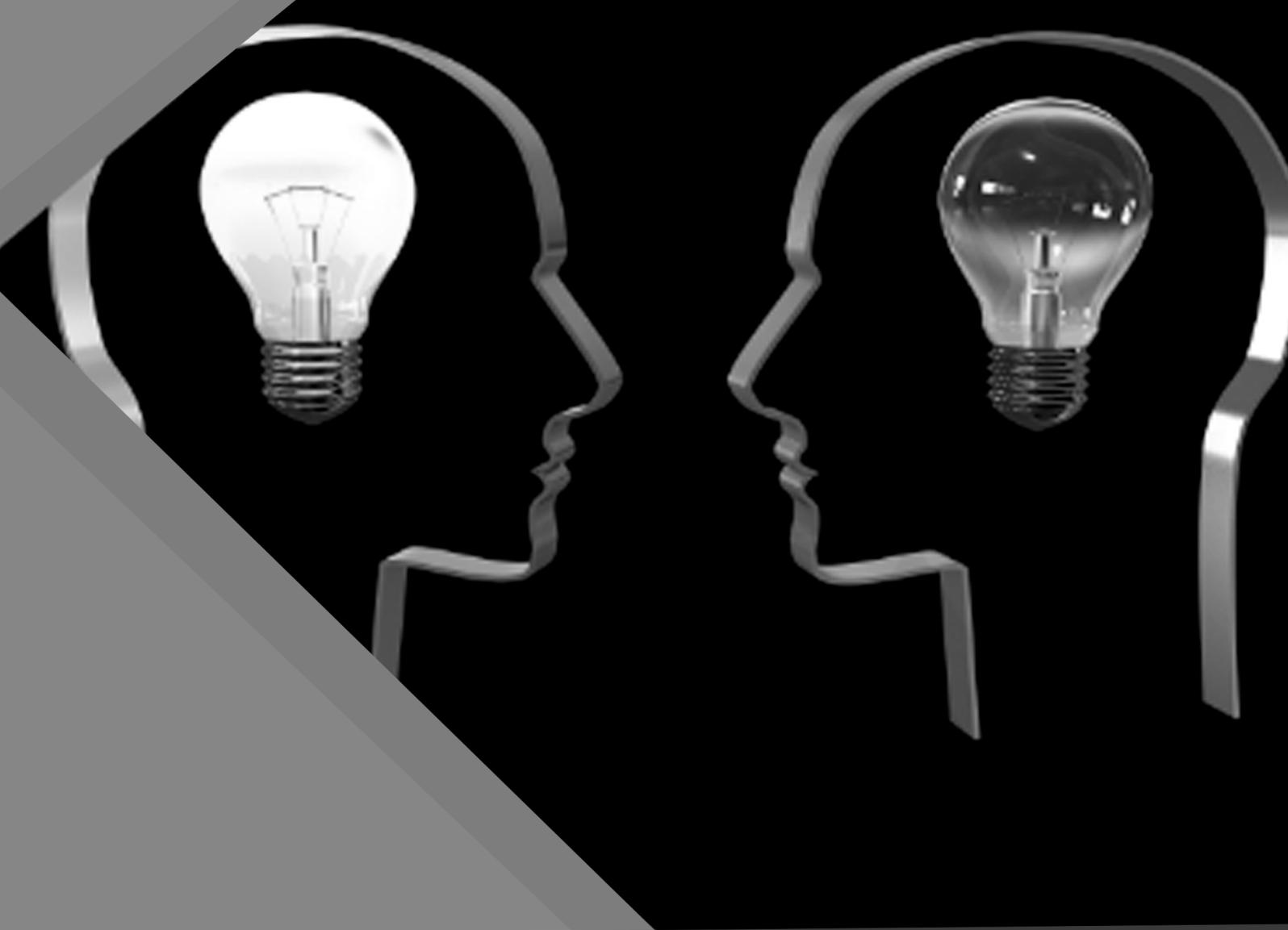




Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)

# Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)

# Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| <b>ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|--|---|
| D611   | <p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF<br/>           Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br/>           Modo de acesso: World Wide Web<br/>           Inclui bibliografia<br/>           ISBN 978-65-5706-128-2<br/>           DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p> |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>  |   |

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo *inter*, ou seja, dentro, entre, e a palavra *disciplinar*, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS |           |
| Tiago de Garcia Nunes<br>Samantha Vieira Zschornack<br>Diego Rodrigues Gonçalves<br>Solaine Gotardo  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023061</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>13</b> |
| CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)                                     |           |
| Alessandra Oliveira Teles  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023062</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>26</b> |
| SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA   |           |
| Rodrigo Dutra Gomes  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023063</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>45</b> |
| AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA   |           |
| Letícia Aparecida Rocha<br>Edivaldo Ferreira Lopes   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023064</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>59</b> |
| A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA   |           |
| Jessyca Fonseca Souza  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023065</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....  | <b>71</b> |
| A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30  |           |
| André Augusto Abreu Villela  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023066</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....  | <b>88</b> |
| A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO   |           |
| Luiz Augusto Oliveira Ribeiro<br>Jaime Estevão dos Reis  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023067</b>   |           |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....  | <b>100</b> |
| DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO          |            |
| Vera Borges de Sá<br>Isabelle Barbosa da Silva<br>Julianne Ferreira de Mendonça  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023068</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....  | <b>111</b> |
| IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS     |            |
| Diana Cibele de Assis Ferreira<br>Halda Simões Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2822023069</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....   | <b>121</b> |
| POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS  |            |
| César Augusto Fernandes Silva  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.28220230610</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....   | <b>136</b> |
| INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL                          |            |
| Ellen Mayara Lima Silva<br>Marcela Martins da Silva Nascimento<br>Taciana Rocha dos Santos<br>Carolina Peixoto Magalhães |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.28220230611</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....   | <b>143</b> |
| O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAI</i> S                     |            |
| Maria Carolina Moreira Moracci   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.28220230612</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....   | <b>154</b> |
| LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO  |            |
| Izaías Geraldo de Andrade<br>Maria das Dores Andrade de Barros   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.28220230613</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....   | <b>167</b> |
| MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  |            |
| Leila Sala Prates Ferreira<br>Tânia Rocha Andrade Cunha  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.28220230614</b>  |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....   | <b>176</b> |
| MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO<br>Allan Rodrigo de Campos Silva<br>DOI 10.22533/at.ed.28220230615   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....   | <b>189</b> |
| MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS<br>Márcia de Oliveira Siqueira<br>Leonardo Saraiva<br>Lia Mara Wibelinger<br>DOI 10.22533/at.ed.28220230616                                  |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....   | <b>198</b> |
| OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA<br>Matheus Luiz de Souza Céfaló<br>DOI 10.22533/at.ed.28220230617                        |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....   | <b>214</b> |
| PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA<br>Natália Sant Anna Torres<br>DOI 10.22533/at.ed.28220230618 |            |
| <b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....  | <b>227</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....  | <b>228</b> |

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS

*Data de aceite: 17/06/2020*

### **César Augusto Fernandes Silva**

Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. UFMG/UFBA.  
cesareco13@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este trabalho apresenta uma análise das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas pós-Constituição Federal de 1988. Ele oferece uma descrição das políticas específicas e extensionistas quilombolas a partir da análise do Guia das Políticas Públicas das Comunidades Quilombolas do Programa Brasil Quilombola, que reúne ações e programas governamentais para as comunidades quilombolas nos eixos; Acesso ao Território, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, Direitos e Cidadania. Apesar do momento favorável para as comunidades quilombolas, as políticas se mostraram amostrais, ou seja, ainda não se encontram consolidadas. A falta de recursos, os antagonistas, os agentes públicos despreparados e a morosidade de muitas ações corroboram para este parecer. Todas as conquistas fazem parte de um processo

que além da conjuntura local e nacional dependem de muita reafirmação e embates de tais comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade Quilombola, Agenda Social Quilombola, Políticas Públicas.

### **PUBLIC POLICIES IN THE QUILOMBOLA SOCIAL AGENDA: PERCEPTIONS AND CHALLENGES**

**ABSTRACT:** This paper presents an analysis of the public policies directed to quilombola communities after the Federal Constitution of 1988. It provides a description of the specific policies and extension of quilombolas from the analysis of the Quilombola Communities Public Policies Guide of the Quilombola Brazil Program, which brings together actions and governmental programs for the quilombola communities in the axes; Access to Land, Infrastructure and Quality of Life, Productive Inclusion and Local Development, Rights and Citizenship. Despite the favorable moment for the quilombola communities, the policies have been sampled, that is, they have not yet been consolidated. Lack of appeal, antagonists, unprepared public agents and the slowness of many actions corroborate this opinion. All the

achievements are part of a process that, besides the local and national conjuncture, depends on a lot of reaffirmation and clashes of such communities.

**KEYWORDS:** Quilombola Community, Quilombola Social Agenda, Public Policies.

## INTRODUÇÃO

Para entendemos as comunidades dos quilombos precisamos analisar dois momentos históricos: o primeiro deles é a chegada de 12 milhões de seres humanos a partir do século XVI, das mais diversas culturas dos povos do continente africano. Neste momento, as discussões sobre raças estavam iniciadas. O Europeu começou a se distinguir dos “outros” pela cor da pele e outras características físicas, embora parecesse só uma distinção de características físicas foi um passo essencial para distinção entre nós e eles. Segundo Munanga:

[...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2013, p. 21).

O Brasil foi a maior rota de africanos escravizados. O sistema escravagista perdurou por séculos. Estratégias de resistência subversão foram adotadas e entre elas estão os quilombos e mocambos, que se constituíram em refúgios para os escravizados em fuga.

O processo final do período escravagista começou com o tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra, que obrigou o fim gradativo do tráfico negreiro e, em seguida, com a lei de 1831 e a lei Eusébio de Queiroz de 1850, que proibiu o tráfico, e posteriormente, com as leis do Ventre Livre, lei do Sexagenário e a lei Áurea de 1888, que por fim, aboliu a escravidão. Sem qualquer medida compensatória, muitos negros foram para os morros, favelas, matas fechadas, locais onde poderiam viver em liberdade.

O segundo momento, remete-nos a meados do século XX, onde a luta por direitos dos negros das cidades e do campo entram em pauta. Neste momento, a temática dos quilombos está mais evidente, seja, pelas lutas do movimento negro contra o racismo, não pela raça biológica, mas ideológica, “uma relação de dominação e poder” e pelas lutas camponesas por meio de comunidades negras rurais no campo, seja, a luta pela terra e pela manutenção de sua cultura onde estão presentes a religiosidade, os costumes, a troca e reciprocidade e a interação social ecológica.

As resistências são múltiplas contra os antagonistas. A monocultura, grandes fazendeiros, grileiros, mineradoras e unidades de conservação são grandes opressoras das comunidades quilombolas. É também necessário considerar que:

[...] as comunidades dos quilombos estão inseridas no contexto dos “povos e comunidades tradicionais”, categoria relativamente nova, tanto na esfera governamental, quanto na

esfera acadêmica ou social. Conforme definido pelo art. 3º do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, “povos e comunidades tradicionais” podem ser entendidos como *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”* (COSTA FILHO, 2016, p. 129).

No geral, a vida das comunidades tradicionais não cabe nos projetos capitalistas e no projeto econômico hegemônico; comumente são vistos como atrasados, pobres, hostis, um dos óbices do desenvolvimento.

Segundo Arruti (2008), territórios tradicionais, produção e organização social são as principais formas de ser e viver das comunidades tradicionais, notadamente das comunidades dos quilombos. Território é a relação específica do grupo com a terra que faz com ela seja mais que terra e esteja relacionados a fatos históricos, ancestralidade e modos de vida, sentidos de memória social e regimes próprios. Nesse contexto, a produção está intimamente relacionada ao parentesco, solidariedade entre as famílias e relação específica com a natureza e com o mundo. Por fim, a organização social, vínculo familiar, famílias extensas e ancestralidade comum, são também características das comunidades quilombolas.

A primeira grande vitória no âmbito do direito, talvez seja a Constituição Brasileira de 1988, sobretudo, a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seguido da adesão do Brasil como parte da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - sobre Povos Indígenas e Tribais e do Decreto 4887/2003, que regulamenta o referido artigo constitucional no que tange à titulação dos territórios quilombolas.

Após o reconhecimento dos seus direitos territoriais, percebemos os crescentes atos de violência contra as comunidades quilombolas. Latifúndio, agronegócio, unidades de conservação e a grande mídia são alguns dos antagonistas mais comuns. Além disso, lideranças quilombolas e camponesas têm sido ameaçadas e assassinadas frequentemente, principalmente no governo atual Michel Temer.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo apresentar as políticas públicas para as comunidades quilombolas após a constituição de 1988.

## Desenvolvimento

Quilombo é um conceito que se modifica a cada contexto social, político, histórico e cultural. Segundo Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957) citados por Schmitt, Turatti & Carvalho (2002, p. 2) até meados de 1970, perpetuou-se o conceito de 1740 onde o Conselho Ultramarino considerava quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. As autoras destacam ainda as origens das comunidades quilombolas,

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres [...], heranças, doações, recebimento de terras como

pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção”. (SCHMITT, TURATTI, & CARVALHO, 2002, p. 3)

Segundo O’Dwyer (2002, p.18) contemporaneamente o termo quilombola não se refere mais a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, população isolada e homogênea, nem de movimento insurrecionais ou rebelados e não fazem uso individual da terra. São grupos que desenvolveram práticas de resistência e reprodução de modo de vida característico e história comum construída a partir de vivência e valores partilhados.

Cabe ressaltar que,

O seu reconhecimento não está relacionado com uma datação histórica específica, e não se materializa mais pelo isolamento geográfico nem pela homogeneidade biológica dos seus habitantes. [...] As Comunidades Remanescentes dos Quilombos são “grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; em que essa identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política” (COSTA FILHO, 2011, p.1).

Outros conceitos trazem denominações como “terra de preto”, “território negro”, além de trazer presentes elementos do campesinato e da identidade étnica, segundo Almeida, citado por Arruti (2008, p. 328) o termo “terra de uso comum” traz,

[...] territorialidade, marcada pelo uso comum, teria uma série de manifestações locais, que ganham denominações específicas segundo as diferentes formas de autorepresentação e autodenominação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandade, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto, “domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravos”.

Elementos como territorialidade, relação de parentesco, terra de trabalho, predomínio do uso comum da terra, reciprocidade, confrontam e se relacionam, sustentando o conceito de grupo étnico e na observação de formação territorial específica.

O conceito de quilombo está ligado a grupos que se distinguem do restante da sociedade enquanto sua identidade étnico-racial, autoidentificação e patrimônio cultural.

Arruti (2008) discute a “ressemantização” do conceito. No século passado, o conceito estava em discussão tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais. Antropólogos de centros de pesquisa e da Associação Brasileira de Antropologia, Igreja (a parte mais progressista) e Movimento Negro são alguns exemplos.

Completa ainda que com a instauração da ordem republicana haja uma transformação no conceito, levado ao discurso político, passando pela resistência cultural, resistência política e por último, protagonizada pelo movimento negro, “a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da ‘resistência negra’ (ARRUTI, 2008, p.320).

Segundo Almeida (2002 p 46-47):

As situações concretas de conflito levaram ao dissenso em torno do conceito de *quilombo* e dos procedimentos operacionais, revelando o grau de organização das forças sociais que recusavam o caráter restritivo e limitante do único instrumento legal produzido após a abolição de 1888, o qual se refere a direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes. Ganharam visibilidade nesse debate as primeiras associações voluntárias e as identidades coletivas que revelavam a condição de pertencimento a grupos sociais específicos e que viriam a compor a partir de 1994 um movimento social quilombola de abrangência nacional.

A identidade quilombola é uma construção social a partir da necessidade de lutar pelo direito ao território, sobrevivência do patrimônio cultural, até então alheio, principalmente para as comunidades negras rurais.

Diante disso, o conceito utilizado atualmente de quilombo está ligado a identificar populações em sua maior parte negras e rural na luta política e social pelo direito ao território e à garantia de reprodução dos seus modos de vida.

Já o termo “remanescente”, segundo Arruti (2008, p. 327):

[...]o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos (documentos, restos de senzalas, locais emblemáticos como a Serra da Barriga etc.) dos artigos 215 e 216, mas ‘comunidades’, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que ‘estejam ocupando suas terras’.

Neste sentido, será utilizado neste trabalho, o termo “comunidade quilombola” como sendo comunitário a partir dos modos de viver e ser.

Na constituição se destaca no artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará, incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Completa ainda que, o Estado protegerá as manifestações populares indígenas e afro-brasileiras entre outros grupos, datas comemorativas como o dia da consciência negra e dia do índio. Já no artigo 216 determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público e pela comunidade, o patrimônio cultural brasileiro.

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), temos: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. O dispositivo constitucional não só reconhece a existência dos remanescentes dos quilombos como também, lhes é conferida a propriedade definitiva, sendo este dever do Estado emitir os respectivos títulos. As primeiras tentativas de regulamentação do artigo 68 da ADCT por parte do governo foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por institutos de terras estaduais.

No âmbito do direito internacional temos a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 5.051/2004 que constrói um marco na proteção dos povos e

comunidades tradicionais do Brasil. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Brasil no Decreto n.º 6.177/2007, destaca a importância dos conhecimentos tradicionais e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável devendo ser assegurada sua proteção e promoção. E a Convenção da Diversidade Biológica que passa a valer no Brasil pelo Decreto n.º 2.519/1998 e trata da conservação da biodiversidade e da proteção das comunidades tradicionais que vivem em estreita relação com os recursos naturais.

Com o início do governo Lula (2003 -2006), houve maior facilidade de dialogar com os movimentos sociais, eclesiais e sindicais até a entrada de parte deles no governo criou-se um ambiente favorável para a execução das políticas públicas há tempos requeridas.

Souza (2010) coloca três medidas essenciais para construção e articulação das políticas quilombolas. A primeira delas é a Lei 10.678/2003 que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que irá articular e acompanhar as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, entre elas, as políticas quilombolas. A SEPPIR constituiu dois programas que guiarão essa intencionalidade política: o Programa Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial e o Programa Brasil Quilombola – PBQ, ambas criadas em 2004.

A Segunda é a Criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial pelo Decreto n.º 4.885/2003. De caráter consultivo, tem a finalidade de propor políticas para combater o racismo, preconceito e discriminação racial e reduzir as desigualdades raciais. A terceira medida foi a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto n.º 4.886/2003 e o Decreto n.º 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades dos quilombos, além de trazer a definição de comunidade quilombola e como será reconhecida.

Completa ainda o referido Decreto que caberá a Fundação Cultural Palmares (FCP) a certificação e ao INCRA o processo de regularização fundiária. E, por fim, a criação da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/ MEC), em julho de 2004.

No segundo mandato do Lula (2007-2010), tivemos o Decreto n.º 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e traz a definição de PCTs, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável. A PNPCT tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Outra ação importante no período foi a Agenda social Quilombola (ASQ), uma política que reunia as ações articuladas de diversos ministérios com foco nas políticas públicas quilombolas em diversas áreas, entre elas, saúde, educação e assistência social. No campo da educação, merece destaque a Lei 11.645/08, suplementar à Lei n.º

10.639/2003 que cria a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto das unidades particulares. Temos também a criação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentre outros.

No primeiro governo Dilma (2011-2014), já com o caminho preparado foi um tempo de políticas específicas e extensionistas, conquistadas com a relação de diálogo, mas também de luta e resistência. A cada ação implementada, ministérios, secretarias e demais órgãos buscavam incluir os Povos e Comunidades Tradicionais, notadamente as comunidades dos quilombos, como público específico. Por exemplo, PDDE Campo - Programa Dinheiro Direto na Escola, Minha Casa, Minha Vida, Alimentação Escolar, entre outros. Momento de resultados importantes na efetivação das políticas públicas quilombolas, porém outras áreas mantiveram-se muito conservadoras como a área de regularização fundiária.

O segundo mandato do governo Dilma (sobretudo o ano de 2015),<sup>1</sup> foi marcado por muita instabilidade política, ajustes fiscais e movimentos conservadores e terá que ser tratado com pouco de distanciamento temporal. Mas é possível constatar alguns prejuízos como a união dos Ministérios da Educação e Cultura em 2016 que depois de fortes críticas foi desfeito e a nomeação de Mendonça Filho do partido Democrata - DEM, antigo PFL, como ministro da educação. O DEM questionou a constitucionalidade do Decreto nº 4887/2003, sobre o processo de autoidentificação e o procedimento de titulação dos territórios quilombolas na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239<sup>2</sup>.

## Resultados

O Programa Brasil Quilombola lançado em 2004 pelo então Presidente Lula (2003-2010) tem como objetivo “consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas” e como desdobramento foi formada a Agenda Social Quilombola em 2007 onde organizou as iniciativas governamentais de 2008 a 2011 e ainda hoje é referência em ações de políticas públicas quilombolas. (BRASIL. SEPPIR. Ministério dos Direitos Humanos, 2013, p.10).

A Agenda Social Quilombola disposta no Decreto 6.261/2007 diz em seu artigo 1º que seu objetivo é a “melhoria das condições de vida” e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil’ e no artigo 2º afirma que ela compreenderá quatro eixos de ações: “ao acesso a terra; à infraestrutura e qualidade de vida; à inclusão produtiva e desenvolvimento local; e à cidadania.” (BRASIL,

---

1 O segundo mandato presidencial da Presidenta Dilma Rousseff teve início em 1º de janeiro de 2015 e terminou com seu impeachment em 31 de agosto de 2016

2 Cabe ressaltar também que a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, já foi votada. Por maioria de votos (8X1), em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003.

2007). Segundo Arruti, a Agenda Social Quilombola,

[...] implicou na definição de um conjunto de medidas bem mais específicas e setorizadas, quase sempre vinculadas aos pacotes de políticas desenhados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal vinculação é tão evidente em alguns setores que algumas destas políticas ganharam o rótulo de “PAC Quilombola”, como aconteceu no caso das ações do Ministério da Saúde voltadas ao Saneamento (ARRUTI, 2009, p. 80).

Será analisado cada um destes quatro conjuntos de ações no sentido de verificar a efetivação das políticas públicas quilombolas. Para fins didáticos utilizarei a mesma sequência de políticas descritas no Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas do Programa Brasil Quilombola (Guia), publicado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2013, além de inclusão de políticas relevantes que não constam no referido Guia.

**Acesso ao território** - Segundo dados da FCP, foram certificadas 2.494 comunidades quilombolas, sendo que 2.958 solicitações foram feitas. O gráfico abaixo traz um comparativo de certificações anuais emitidas. Outros 225 requerimentos de certidão estão com processos em andamento aguardando complementação de documentação, ou seja, não atendem totalmente aos § I, II, III, IV e V do art. 3º da Portaria 98/2007; as necessidades mais citadas são a falta de atas e históricos das comunidades requerentes (BRASIL. Fundação Cultural Palmares. 2017).

**Regularização Fundiária** - Como podemos perceber nos dados apresentados os ritos do processo estão prontos, falta a vontade política de alocar recursos financeiros para que se concretize a regularização dos territórios quilombolas.

|  |   |
|--|---|
| Processos abertos em todas as Superintendências Regionais, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre. | 1.715 Comunidades quilombolas.  |
| Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID  | 259 Editais de RTIDs publicados.  |
| Portaria de Reconhecimento do Território   | 141 Portarias publicadas.   |
| Decreto de Desapropriação por Interesse Social   | 82 Decretos publicados.   |
| Títulos Emitidos   | Existem 236 títulos emitidos. OBS: Incluídos as titulações feitas pela Fundação Cultural Palmares e institutos de terras estaduais. |

Política de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA  
Fonte: (BRASIL, Casa Civil da Presidência da República, 2018. *Modificado*).

**Infraestrutura e qualidade de vida. O PAC FUNASA** - Percebemos um aumento de investimento iniciado em 2012, seis vezes maior em 2013, e em 2014 o maior investimento

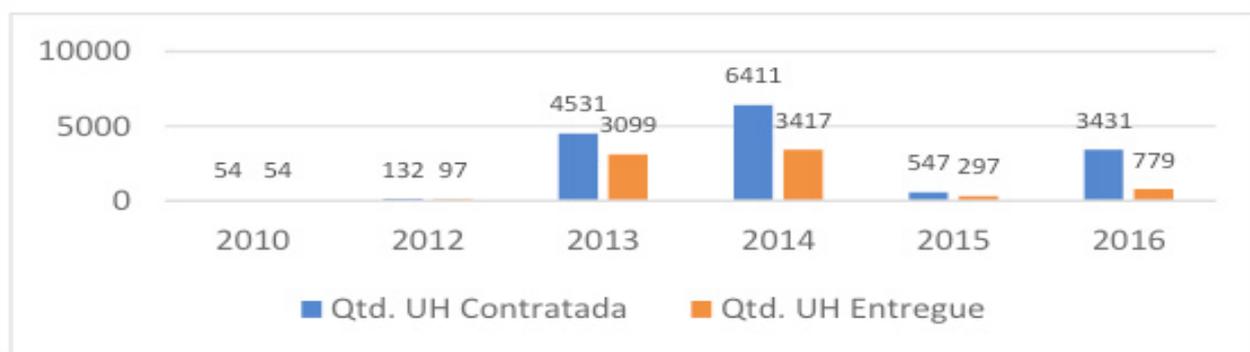
do período analisado. Notamos uma queda expressiva em 2015, ano do ajuste fiscal e 2016 e 2017 com quedas significativas em relação aos quatro anos anteriores.

No **Programa Água Para Todos** - Segundo dados do relatório de gestão da SEPPIR diz que:

[...] às comunidades quilombolas atendidas pelo Programa Cisternas, no âmbito do Programa Água para Todos, entre 2003 e julho de 2015, foram beneficiadas 9.042 famílias com água para consumo humano (Primeira Água), com a entrega de cisternas de placa, e 2.604 famílias com tecnologias sociais para água de produção (Segunda Água). [...] Entre 2014 e julho de 2015, 2.572 famílias foram atendidas com a Primeira Água e 1.530 com a Segunda Água, em nove estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). (BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015 p. 34).

Os locais de atendimento estão dentro do escopo norte mineiro e do sertão nordestino, locais mais afetados pela falta de água.

**Programa Nacional de Habitação Rural** - Com 15.106 UH contratadas são aproximadamente 60 mil pessoas beneficiadas. Podemos dizer que é um grande avanço para as comunidades quilombolas.



Quantidade de Unidades Habitacionais Contratadas e Entregues por ano

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2017.

No **Programa Luz Para Todos** - Segundo dados do relatório de gestão 2014 da SEPPIR,

O Programa Luz para Todos (LpT), lançado em 2004, executou nos últimos 10 anos o atendimento a 44.264 domicílios quilombolas beneficiando 131.967 pessoas, correspondendo a ligações realizadas, com investimento aproximado de R\$ 355 milhões. Em 2014, o Programa LpT executou cerca de 15 mil novas ligações em domicílios quilombolas. (BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015, p. 34).

Constatam-se um número expressivo de famílias quilombolas que ainda no século XXI se encontravam sem acesso à energia elétrica. E pelo menos, segundo dados do CadÚnico de 2014, outras 14.789 famílias ainda estão sem energia elétrica em suas residências.

No Relatório da SEPPIR de 2014, demonstra-se que foram realizadas onze oficinas de capacitação sobre o benefício da **Tarifa Social**. Estas oficinas são necessárias visto que somente 12.049 famílias, segundo dados da SEPPIR, têm acesso à tarifa social em um universo muito maior de famílias quilombolas, ou seja, o desconhecimento e a falta de informação ainda são grandes entraves para o acesso a políticas públicas (BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014).

**Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local. A Declaração de Aptidão ao Pronaf –DAP** -Dados da SEPPIR, demonstram que houve um aumento significativo entre 2003 a 2013, passando de 188 DAPs emitidas para 13.939 DAPs emitidas para quilombolas.

**Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER)** –Dados disponibilizados pela SEPPIR, referentes a 2013, mostra a distribuição de famílias atendidas e valor investido no Ater Quilombola. Os maiores números de famílias se encontram na região Nordeste, seguido pela região Centro-oeste.

**Selo Quilombola**-Dados do relatório de gestão da SEPPIR de 2015 demonstram que até final de 2015 emitiram 33 selos para 250 produtores que beneficiou 411 famílias de cinco estados.

**Programa Brasil Local –Economia Solidária**-A revista Brasil Local trouxe dados deste projeto onde 43 municípios foram atendidos com participação de 105 comunidades quilombolas atendendo 7.589 famílias. Nenhum outro projeto voltado para comunidades quilombolas foi encontrado até este momento que explicaria o termo “retomado” citado no plano nacional da economia solidária. (PROJETO BRASIL LOCAL (20--)).

**Direitos e Cidadania. Educação Quilombola** -A educação quilombola inclui a melhoria de infraestrutura, formação de professores, produção de material didático, transporte escolar e construção de escolas como descrito no Guia. Estas, entre outras medidas, buscam a valorização e afirmação étnico-racial na escola, além de proporcionar marcos teórico e conceitual para se compreender e refletir a educação quilombola visando uma educação de qualidade.

Santos (2016), busca “identificar elementos que possam compor os cursos de formação docente para a Educação Escolar Quilombola, visando sua implementação nas escolas estaduais que atendem aos Quilombos da cidade de Belo Horizonte/MG”. A autora percebeu que os gestores das superintendências de ensino ainda precisam aprofundar no assunto. Os quilombolas entrevistados disseram que a Educação Escolar Quilombola deve ajudar os alunos a entenderem o sentimento de pertencimento à comunidade, evidenciar grandes líderes negros da história, religiões de matriz africana, além da formação de professores/as.

**Construção de escolas quilombola** –Escolas do Campo-Dados do monitoramento da SEPPIR com base nos dados do INEP e do Censo Escolar, tendo como referência o ano de 2013, demonstra a existência de 2.200 mil escolas quilombolas com 227.430 mil alunos. Já dados do relatório de gestão da SEPPIR de 2015, cita que há neste ano 2.365 mil escolas com 293.046 estudantes quilombolas, um aumento expressivo se confrontarmos

com dados de 2007 onde havia somente 1.253 mil escolas em territórios quilombolas com 151.782 matrículas. (SILVA, T. D. IPEA, 2015).

Programa Nacional do Livro Didático PNLD – Campo - No site da PROCAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo - houve um edital de convocação 04/2014 – CGPLI, cujo objetivo é avaliação de obras didáticas para o programa de livro didático no Campo 2016. Ainda segundo o edital, nos livros devem conter o respeito, história, modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, além de:

Reconhecer a importância e tratar adequadamente a história, a cultura e a imagem de afro-brasileiros, afro-brasileiras, e dos quilombolas considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e conhecimentos, promovendo o respeito à diversidade étnico-racial e fomentando o combate ao racismo e à discriminação racial<sup>3</sup>.

Segundo dados do INEP, disponíveis no portal de monitoramento da SEPPIR, referente a 2013; 761 escolas localizadas em território quilombola utilizavam material didático específico para quilombolas enquanto 1.423 utilizavam material convencional.

**Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Campo** - Os dados mostram que 65 escolas quilombolas foram beneficiadas com o PDDE Campo - Com um total de R\$ 538.900,00 mil reais repassados, sendo R\$ 538.900,00 para custeio e R\$ 161.670,00 para capital.

**Procampo - Saberes da Terra** - Segundo dados do relatório de gestão do Ministério da Educação de 2015 – gestão 2014, o Projovem Campo estava em execução em 14 estados, 302 municípios com atendimento a 42.845 jovens da agricultura familiar.

**Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** - Os recursos são repassados diretamente do FNDE para municípios, estados, escolas federais e DF, ou ainda para os caixas escolares. Para escolas quilombolas e indígenas o valor é diferenciado. Na resolução nº 1, de oito de fevereiro de 2017, o repasse por aluno quilombola, por dia, foi de R\$ 0,64 centavos, o dobro das escolas e alunos convencionais.

De acordo com os dados da SEPPIR, o PNAE repassou para a alimentação escolar dos quilombolas o valor 34 milhões, atendendo 293.046 mil estudantes em 2.635 escolas.

Outro ponto do benefício para as comunidades quilombolas é a aquisição de alimentos por estas escolas. A lei 11.947/2009 em seu artigo 14, diz que do total de aquisição de alimentos, no mínimo 30% deverão ser diretamente da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, povos indígenas e comunidades quilombolas.

**O Programa Bolsa Família – PBF** - No Relatório de Informações Sociais do governo federal, mês de referência setembro de 2017, há 117.326 mil famílias que se

<sup>3</sup> **Edital De Convocação 04/2014 – CGPLI.** Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital\\_convoc\\_inscricao\\_aval\\_obras\\_didat\\_pnld\\_campo\\_2016.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_convoc_inscricao_aval_obras_didat_pnld_campo_2016.pdf)>. Acesso em: 24 de Set. de 2018

identificaram como quilombolas e recebem benefícios do programa bolsa família das 160.919 mil famílias que estão cadastradas no CadÚnico.

**Programa Saúde da Família –PSF e Programa Saúde Bucal –PSB/Brasil Sorridente** -Para as equipes que atendam comunidades quilombolas tanto no PSF quanto no PSB, há um acréscimo de 50% no valor repassado por mês, por equipe, conforme a portaria nº 978, de 16 de maio de 2012.

Dados da SEPPIR (2017) mostram que em 2013 havia 531 médicos do Programa Mais Médicos em equipes de saúde da família localizadas em territórios quilombolas. O gráfico abaixo mostra o percentual de médicos do Programa localizados nos territórios quilombolas. Percebemos que a região Nordeste é onde estão mais da metade dos médicos, isto se dá pelo déficit de médicos nos estados desta região, por exemplo, no Maranhão, a relação de médicos por mil habitantes é 0,58, o menor índice do Brasil. Outro fato é que na região Nordeste encontra-se o maior número de comunidades quilombolas certificadas (BRASIL. Ministério da Saúde, 2017).

**Rádios Comunitárias** -O PNO para PCTs afirma que 126 municípios serão contemplados no Brasil, sendo que na Bahia, 10 cidades poderão receber a outorga, no Ceará 11 e Sergipe com 10; estes são os estados com maior número de outorgas.

Diante do exposto neste trabalho faço algumas considerações.

- O Conceito de Comunidade Quilombola é mutável e está em constante transformação pelos agentes públicos, pesquisadores, pelos movimentos sociais e pelas próprias comunidades quilombolas.
- A Constituição de 1988 abriu caminho para direitos e políticas públicas quilombolas, principalmente nos últimos 15 anos.
- O Decreto nº 4.887/2003 trouxe alguns avanços no âmbito legal.
- Embora a SEPPIR tenha articulado as ações das políticas públicas quilombolas, há ainda um atrelamento aos entes federados e que nem sempre há um compromisso político com a causa quilombola.
- Algumas políticas conseguiram avançar com construções de planos, portarias, resoluções, normativas e outras, porém, muitas ainda estão no papel.
- Dificuldade de articulação no congresso nacional. Grupos de parlamentares com projetos de lei que retiram direitos já conquistados.
- Falta de aporte financeiro para as políticas e quando há dificuldades, estão no topo da lista para serem cortados.
- O reconhecimento das terras quilombolas tira o espaço da especulação do capital, pois não poderá ser vendida, arrendada ou doada, ou seja, a terra fica indisponível para o mercado e para o agronegócio, atraindo olhares dos poderosos.
- Diferentes interesses, seja de antagonistas, do capital, racistas, entre as comunidades e seu entorno, em muitos casos, constituem um dos maiores impasses para a agilização do andamento da regularização fundiária dos territórios quilombolas.
- Embora “certificar” tenha trazido para perto as políticas quilombolas, a distância de uma “titulação” também traz diversos conflitos. Garante a existência, mas não

a sobrevivência.

- As políticas estão divididas em duas partes. As específicas, como a certificação e titulação e as extensionista, como as incrementações financeiras para quilombolas no PDDE, PSF e PSB.
- Podemos constatar ainda a “invisibilidade” das comunidades quilombolas. Falta um mapeamento para visibilizar as comunidades e promover a sua inclusão sociopolítica.
- Há falta de informações sistematizadas e de visibilidade espacial, um mapeamento das comunidades. O que se tem são trabalhos acadêmicos e algumas tentativas ainda não concluídas de mapeamento de povos e comunidades tradicionais.
- O desconhecimento do gestor público da existência de comunidades quilombolas no estado ou município é um fator que leva a política pública específica a não chegar até as comunidades.
- O gestor público desconhece o processo/rito necessário para fazer com que a comunidade quilombola tenha acesso à política pública específica.

Costa Filho (2014) ao analisar as políticas públicas quilombolas, diz que os programas e ações estão na pauta dos direitos individuais e coletivos já assegurados pela Constituição e pelos sistemas de educação, saúde, assistência social e que nem sempre os órgãos públicos e entes federados estão abertos à sua aplicabilidade.

Ainda segundo o autor, a ideologia do desenvolvimento ressaltada pelo Estado está presente também nestes programas e ações e finaliza citando Sachs W,

[...] estou propenso a concordar com Sachs, de que as premissas ideológicas do desenvolvimento simplesmente não se sustentam mais: superioridade dos países desenvolvidos; desenvolvimento como arma na competição entre sistemas políticos hegemônicos; desenvolvimento como instrumento de mudança; como forma de ocidentalizar o mundo. (SACHS W. apud COSTA FILHO, 2014, p. 6).

É preciso ressaltar a riqueza de valores que vivenciam e transmitem e a resistência das comunidades quilombolas frente ao opressor, ao avanço do capital e de antagonistas que, muitas vezes, contam com o Estado quando não é este mesmo que se insurge contra as comunidades e sua base territorial e política.

O direito ao território talvez seja a principal política para que as comunidades possam “viver e ser” com dignidade, contudo, frente às incertezas políticas, resta a Luta. Podemos dizer que as políticas públicas quilombola estão em construção, uma construção lenta, com poucos recursos e em disputa.

Podemos fazer uma analogia entre a implementação dos direitos quilombolas e a construção de uma casa. O terreno foi preparado pelo Movimento Negro, pela Associação Brasileira de Antropologia, pelos Movimentos Eclesiais e Socias no século passado. O fundamento é a Constituição Cidadã, sobretudo os artigos 225 e 226 e o artigo 68 do ADCT. Em seguida, vêm os pilares e as paredes, os decretos e leis que regulamentam os direitos territoriais, de autodefinição, bem como os demais programas e ações nas respectivas áreas de atuação governamental. A cobertura é a criação das estruturas governamentais para

que a política de fato aconteça como a SEPPIR. Por fim, temos o acabamento que são as políticas específicas expostas e brevemente analisadas neste trabalho. Embora não seja o melhor acabamento, é uma tentativa não consolidada de implementação. Falta ainda o mobiliário, que é a consolidação das políticas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Eliane Cantarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.
- ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação, p. 75-110. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Org.). **Caminhos Convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: ActionAid, 2009.
- ARRUTI, José Maurício. "Quilombos". In. PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Org). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. 2ª. ed. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. P.315-350. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/\\_RAC%CC%A7A\\_2ed\\_RI.pdf\\_.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf)>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- COSTA FILHO, Aderval. **Desafios à implementação dos Direitos Quilombolas: uma avaliação crítica pós Constituição Federal de 1988**. 2014. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: <[http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402337635\\_ARQUIVO\\_DesafiosaimplementacaodosDireitosQuilombolas-umaavaliacaocriticaposConstituicaoFederalde1988.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402337635_ARQUIVO_DesafiosaimplementacaodosDireitosQuilombolas-umaavaliacaocriticaposConstituicaoFederalde1988.pdf)>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.
- COSTA FILHO, Aderval. Quantos diques devem ser Rompidos: instâncias de decisão e entraves ao processo de Reconhecimento e regularização de Territórios quilombolas. In: Oliveira, Osvaldo Martins de (org.). 2016. **Direitos quilombolas & dever do estado em 25 anos de constituição federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. 347 pp.
- COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e Povos Tradicionais**. GESTA – UFMG. 2011. Disponível em: <[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA\\_FILHO\\_Aderval\\_Quilombos\\_e\\_Povos\\_Tradicionais.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf)>. Acesso em: 03 de Dez. 2018.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro, 2003. p.16-34. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%20-%20TEXTO%20Kabenguele%20Munanga.pdf>>. Acesso em: 26 de Jan. de 2018.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Eliane Cantarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.
- SANTOS, Suely V. (2016). **Quilombos e Educação Escolar Quilombola: estudo introdutório sobre subjetividade e atitudes reativas às afetações psíquicas causadas pelo escravismo e racismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: Ambiente e Sociedade. Nº 10. Jan./Jun. 2002. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.
- SILVA, T. D. Educação escolar quilombola no censo da educação básica. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. **Texto para Discussão, n. 2081**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2081.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2081.pdf)>. Acesso em: 03 de Dez. 2018.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. **A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios**. 2010. 55f. Monografia (Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte.

SEPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR. Brasília. 2013.

BRASIL. Ministério da cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes De Quilombos (Crqs) Com Processo De Certificação Em Andamento: Aguardando Visita Técnica**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-visita-15-05-2017.pdf>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2017.

BRASIL. Ministério da cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades remanescentes de quilombos (crqs) com processo de certificação em andamento: aguardando complementação de documentação**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-em-analise-15-05-2017.pdf>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2017.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. 2016 p. 135. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2015.pdf>>. Acesso em: 20 de Ago. de 2017.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. 2015 p. 187. Disponível em: <[www.seppir.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatoriodegestao2014.pdf](http://www.seppir.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatoriodegestao2014.pdf)>. Acesso em: 20 de Ago. de 2017.

Projeto Brasil Local. **Desenvolvimento e economia solidaria**. 201-. 24 p. Disponível em:< [http://caritas.org.br/wp-content/files\\_mf/1383063791BrasilLocalrevista1.pdf](http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383063791BrasilLocalrevista1.pdf)>. Acesso em: 12 de Out. de 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

### C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

### D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

### E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

### F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

### H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

## I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

## M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

## N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

## O

Ossos Pélvicos 137

## P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

## Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

## R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

## S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

## T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

## U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

## V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**  
Publisher  
**2 0 2 0**